



FALANGE MIÚDA

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Multiplicidades da Cultura Surda: Visualidade e Cultura Afro-Brasileira na Escola

Laura Mattes Lagrange¹

Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

Maritza Simões Fraga²

Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

RESUMO

O objetivo deste artigo consistiu em verificar estratégias visuais - recurso vital na educação competente de surdos - e abordagens da cultura afro-brasileira em salas de aula voltadas para crianças surdas. A metodologia, de viés qualitativo, foi exploratória, estudando os registros fotográficos de uma visita das autoras a um colégio público carioca que atende, exclusivamente, estudantes surdos. A investigação dedicou olhar sensível a seus dois eixos principais - a visualidade e a cultura afro-brasileira - a partir da observação de aspectos como murais imagéticos, disposição de móveis e livros infantis nas salas a que se teve acesso. Tomou-se como princípio as legislações vigentes, em especial a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e a Lei nº 10.639/2003, e as ideias de autores como Lebedeff (2017) e Silva e Garcia (2023). Por fim, conclui-se que as articulações entre visualidade, letramento visual, representatividade racial e produção discente são indispensáveis para a consolidação de uma educação bilíngue antirracista, que deve seguir desde a infância até a conclusão da educação básica. A fim de colaborar com esse movimento, o artigo elaborou uma lista de recomendações para a atuação pedagógica com sujeitos surdos.

Palavras-chave: Educação de Surdos; Língua Brasileira de Sinais (Libras); Letramento visual; Relações étnico-raciais; Cultura Negra Surda.

Multiplicities of Deaf Culture: Visuality and Afro-Brazilian Culture in Schools

ABSTRACT

The goal of this article was to examine visual strategies—a vital resource in the effective education of deaf students—and approaches to Afro-Brazilian culture in classrooms for deaf children. The qualitative methodology was exploratory, examining photographic records from a visit by the authors to a public school in Rio de Janeiro that serves exclusively deaf students. The research focused on its two main themes—visuality and Afro-Brazilian culture—by observing aspects such as visual murals, furniture arrangement, and children's books in the classrooms accessed. Current national legislation was used as a guide, particularly the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (LBI) and Law 10.639/2003, and the ideas of authors such as Lebedeff (2017) and Silva and Garcia (2023). Finally, it is concluded that the connections between visuality, visual literacy, racial representation and student production are indispensable for the consolidation of an anti-racist bilingual education, which must continue from childhood until the completion of basic education. In order to contribute to this movement, the article developed a list of recommendations for pedagogical work with deaf individuals.

¹ Mestranda em Educação Bilíngue no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pedagoga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Endereço para correspondência: Rua das Laranjeiras 232, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP: 22240-005. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3905-7904>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0409124883927760>. E-mail: lauralagrange5@gmail.com.

² Mestranda em Educação Bilíngue no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pedagoga pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Endereço para correspondência: Rua das Laranjeiras 232, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP: 22240-005. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2180-3496>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2739982710272931>. E-mail: mfraga@aluno.ines.gov.br.

Keywords: Deaf Education; Brazilian Sign Language (Libras); Visual Literacy; Ethnic-Racial Relations; Black Deaf Culture.

1 INTRODUÇÃO

Perspectivas educacionais inclusivas buscam assegurar que todos os estudantes tenham acesso equitativo ao conhecimento, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou culturais.

Essa perspectiva é amparada legalmente em território nacional pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 - e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146/2015.

A princípio, a LDB determina a Educação como “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996, s/p). Sob essa concepção, cabe debater as possibilidades escolares de sujeitos pertencentes a grupos minoritários, como o caso de surdos. A esse respeito, a LBI, em seu inciso IV, normatizou a “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” (Brasil, 2015, s/p).

Os dados mais recentes identificados são da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 – realizada em convênio com o Ministério da Saúde e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, que evidenciou a existência de mais de 2,2 milhões de pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Todavia, quanto à educação, mais de 1,5 milhões declararam não ter instrução ou ter o fundamental incompleto, enquanto apenas 300 mil possuem o médio completo (IBGE, 2019).

A realidade exposta pelos dados é contrastante com os princípios legais abordados, que visam o pleno acesso e a permanência desses sujeitos no contexto escolar. A situação demonstra que a educação de surdos ainda enfrenta adversidades e que as normativas legais não são efetivas.

Ainda, educandos que se encontram em interseções de vulnerabilidade, como os negros surdos, enfrentam desafios ainda mais complexos, devido a barreiras históricas e estruturais relacionadas ao racismo, ao capacitismo e à insuficiência de políticas

educacionais adequadas, comprometendo sua plena participação escolar e o desfrute de seus direitos.

Vale destacar a denominação - “negro surdo” - abordada aqui, que tem intencionalidade e segue os princípios apontados pela autora Priscilla Ferreira em sua dissertação: “em primeiro lugar vem a discussão sobre ser negro e depois sobre ser surdo, pelo fato de que visualmente falando, ser o aspecto que primeiramente chama a atenção e em segunda instância a questão da pessoa surda” (Ferreira, 2018, p. 13).

Garantir a inclusão dessa população envolve não apenas promover acessibilidade linguística, como o ensino em Libras - pautado pela LDB, pela LBI e pela Lei nº 10.436/2002, conhecida como Lei de Libras -, mas também valorizar a identidade étnico-racial e cultural dos alunos. Ainda na legislação vigente, a instrução de História e Cultura Afro-Brasileira é obrigatória nos currículos escolares do ensino fundamental e do ensino médio em todas as escolas do país, com base na Lei nº 10.639/2003.

Apesar das leis explicitadas, muitos estudantes ainda não têm seus direitos plenamente garantidos, sendo afetados no desenvolvimento social, econômico e cultural. A LDB - amparada pelo Ministério de Educação (MEC) - é responsável pelo estabelecimento de padrões obrigatórios de ensino em instituições públicas e privadas. Entretanto, permanecem problemáticas sobre educação e currículo, que exigem discussões ampliadas para atingir uma educação de qualidade a todos. É necessário, além de garantir a aplicação concreta da Lei nº 10.639, promover mudanças e melhorias nos objetivos gerais das instituições do Brasil em relação ao currículo da temática negra e diversidade étnico-racial.

Desse modo, o oferecimento de oportunidades reais de aprendizagem e de desenvolvimento integral é essencial e direito de todos os alunos. Além disso, a abordagem de questões raciais e o combate a práticas discriminatórias podem criar um espaço de pertencimento para todos na escola, considerados em suas singularidades.

Diante do panorama traçado, esta pesquisa buscou aproximar seu repertório legal das práticas pedagógicas concretas. Assim, o objetivo geral consistiu em verificar estratégias visuais - recurso vital na educação competente de surdos - e abordagens da Cultura Afro-Brasileira em sala de aula voltada para crianças surdas.

A metodologia foi exploratória, estudando os registros fotográficos de uma visita das autoras a um colégio público carioca que atende, exclusivamente, estudantes surdos. Sob perspectiva qualitativa, a investigação dedicou olhar sensível a dois eixos principais:

os recursos visuais identificados nos espaços visitados - a exemplo de murais imagéticos - e a presença de elementos culturais afro-brasileiros - como, no caso da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a disponibilidade de livros infantis que abordem o assunto.

O desenvolvimento deste artigo foi dividido em três subseções, sendo as duas primeiras de aporte teórico, explorando individualmente os eixos tratados – a Visualidade na Educação de Surdos e a Cultura Afro-Brasileira nas escolas. Por sua vez, a terceira esclarece os procedimentos metodológicos e os dados construídos.

2 LETRAMENTO VISUAL NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Argumenta-se que a visualidade é um ponto essencial da Cultura Surda e, por isso, deve estar refletida nas práticas pedagógicas e nos cenários escolares. A fim de fundamentar o juízo, aborda-se as ideias de Lebedeff (2017) na indicação dos surdos como “povo do olho”. A autora explica que a expressão se refere a uma condição diferenciada de experiências visuais. Buzar (2024) também trata da questão:

Dito de outra forma, a compreensão da surdez passa pelo fato de que os olhos e não os ouvidos são fontes de comunicação com estes sujeitos. E é somente quando nos damos conta disto que podemos ver o sujeito surdo que habita aquele corpo. O olhar assume importância sem igual. É o primeiro e mais importante meio de comunicação dos sujeitos surdos com o mundo. (...) E é pela via do olhar que esses sujeitos desenvolvem a sua mediação semiótica com o mundo. (Buzar, 2024, p. 268)

Quadros (2003) complementa o debate ao indicar que as experiências visuais são o que perpassa a visão, desde a perspectiva física - a exemplo de objetos e vivências concretas - até a perspectiva mental - como a língua e os pensamentos. Desse modo, pode-se afirmar que a cultura surda é uma cultura pautada na visualidade.

Sob esse ponto de vista, defende-se também uma “visualidade aplicada” a ser considerada nas práticas pedagógicas, nos artefatos tecnológicos, nas arquiteturas curriculares e nos próprios prédios frequentados por surdos (Lebedeff, 2017). A problematização e a discussão dessas questões visam a culminância de propostas que compreendam o panorama das experiências visuais surdas. Para isso, o letramento visual é essencial.

A alfabetização (ou letramento) visual corresponde ao aprendizado da leitura de imagens, desenvolvendo a observação crítica para compreender como se apresentam, como se organizam e de que forma constroem sentidos.

Para os sujeitos surdos, em especial os negros surdos, a alfabetização visual assume relevância particular, pois articula os modos específicos de percepção visual com a identidade cultural e racial. Como aponta Santaella (2012), esse processo envolve a capacidade de interpretar e produzir mensagens visuais, indo além da simples decodificação da imagem. Nesse mesmo caminho, Taveira (2016) evidencia que as práticas pedagógicas em contexto bilíngue precisam explorar a visualidade como experiência de conhecimento, valorizando as especificidades cognitivas e linguísticas dos alunos surdos.

Nessa perspectiva, o letramento visual não se reduz ao uso de recursos ilustrativos, mas constitui uma prática cultural e educativa que potencializa a aprendizagem. As contribuições de Campello (2008) reforçam a necessidade de elaborar estratégias e atividades que ampliem a experiência visual dos estudantes, como a utilização de vídeos em Libras, performances teatrais, histórias sinalizadas e produções artísticas. Essas práticas permitem que os alunos surdos desenvolvam autonomia na leitura de imagens, articulando saberes escolares com experiências visuais do cotidiano.

Assim, o letramento visual, quando aplicado de forma crítica e sensível às questões étnico-raciais, pode favorecer a construção de uma educação que valoriza a identidade surda e a negritude³, ao mesmo tempo em que rompe com perspectivas homogeneizadoras. Trata-se, portanto, de um recurso pedagógico fundamental para promover uma educação antirracista e bilíngue, que reconhece as multiplicidades da cultura surda e suas relações com a diversidade visual e cultural no espaço escolar.

3 CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA

O sujeito contemporâneo é atravessado por diversos discursos e formas de ser. Não há mais como perguntar o que é o sujeito e, sim, como esse sujeito é constituído. Portanto, o sujeito - nesse contexto, em especial o surdo - não pode mais ser visto como quem possui

³ A negritude, sob uma perspectiva antropológica, consiste em um processo de afirmação cultural, moral, física e intelectual, na crença do negro de que ele é sujeito de uma história e de uma civilização que lhe foram negadas e que precisa recuperar. (Munanga, 1990).

uma única essência, mas sim como um sujeito híbrido, entrecruzado por diversas culturas (Raugust, 2017).

Sob essa perspectiva, pensa-se as relações étnico-raciais em sala de aula como decisivas para a construção das identidades das crianças, especialmente quando se trata das crianças negras surdas. Essas crianças vivenciam uma dupla diferença: além da barreira linguística e cultural, enfrentam o racismo estrutural presente na sociedade.

Nesse sentido, Silva e Garcia (2023) destacam a importância desse tema no processo de construção identitária da criança negra surda, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a valorização de sua cultura e língua. Os autores apontam que, em geral, as pesquisas que tematizam os surdos, o fazem apenas por meio do aspecto linguístico, relacionado à surdez, deixando questões ligadas à interseccionalidade identitária em segundo plano. “Contudo, esse é um retrato de que há ainda muito a se avançar, uma vez que a comunidade surda não é homogênea, o que torna evidente a necessidade de se abordar temáticas como o racismo, a homofobia e/ou o machismo.” (Silva; Garcia, 2023, p. 20)

Quando a escola não reconhece nem valoriza a Libras e tampouco traz referências positivas da negritude, a criança negra surda pode se sentir invisível, sem modelos de identidade que a representem. Essa ausência de reconhecimento possibilita contextos de exclusão e fragilização da autoestima.

Por outro lado, quando o espaço escolar promove uma educação bilíngue em Libras e Língua Portuguesa, ao mesmo tempo em que valoriza a história, a cultura e os saberes da população negra, cria-se um ambiente de acolhimento e fortalecimento. A criança negra e surda passa a ver sua identidade reconhecida em duas dimensões - racial e linguística -, sentindo-se parte do coletivo escolar e desenvolvendo orgulho de si.

A concepção segue os objetivos propostos pela legislação vigente, que exige o ensino de Cultura Afro-Brasileira nas escolas do país, indo além da mera inserção do tema no currículo. As relações étnico-raciais, quando trabalhadas de forma crítica e antirracista, tornam-se fundamentais para garantir equidade e transformar a escola em um espaço de resistência, pertencimento e afirmação da identidade negra e surda.

Sob esse aspecto, as referências bibliográficas também são elementos essenciais, permitindo a coleta de dados qualitativos que enriquecem a compreensão sobre a visualidade e sua relação com a experiência dos negros surdos. Como reforça Campello (2008), a visualidade não se reduz a um recurso pedagógico, mas constitui parte da

identidade cultural surda, funcionando como elemento de mediação para o acesso ao conhecimento e para a construção de significados.

Quando essa visualidade se entrelaça com a vivência da negritude, evidencia-se a necessidade de práticas educacionais que considerem simultaneamente a língua de sinais, a cultura surda e as referências positivas da população negra. Dessa forma, os estudos teóricos não apenas sustentam a pesquisa, mas também apontam caminhos para uma educação antirracista e bilíngue, capaz de valorizar a identidade do sujeito negro surdo em sua integralidade.

4 CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A fim de verificar abordagens da visualidade e da Cultura Afro-Brasileira em sala de aula voltada para crianças surdas, recorreu-se a uma metodologia exploratória de análise documental. No caso, os documentos examinados consistiram em fotografias - pertencentes ao acervo pessoal das autoras - de uma visita guiada a um colégio de surdos na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

As salas de aula - espaço principal de investigação aqui - são localizadas em prédios diferentes do instituto, sem identificação de turma específica e, por isso, foram analisadas em três segmentos: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental 1 (1º ao 5º ano) e o Prédio Principal (6º ano do Fundamental ao 3º ano do Médio).

O estudo das fotografias buscou perceber estratégias visuais na organização das salas de aula do colégio - a exemplo da disposição de móveis e do uso de murais - e, em paralelo, contou com outra vertente: no caso da Educação Infantil (EI) e do Ensino Fundamental 1 (EF1), a análise dos livros disponíveis para as crianças.

Os livros infantis têm um papel fundamental no processo de aprendizagem das crianças. Não são apenas materiais de leitura, mas também instrumentos que despertam a imaginação, a criatividade e o interesse pelo conhecimento. Quando estão disponíveis em sala de aula, tornam a leitura acessível e permitem que cada criança explore diferentes histórias, culturas e experiências. Além disso, o contato frequente com livros ajuda no desenvolvimento da linguagem, amplia o vocabulário e estimula a formação de hábitos de leitura desde cedo.

A esse respeito, aborda-se a pesquisa dos autores Maia, Leite e Maia (2011), publicada no artigo “O emprego da literatura na educação infantil: a investigação e

intervenção com professores de pré-escola”. A intervenção psicoeducacional foi realizada junto a educadores de uma pré-escola pública, com o objetivo de registrar o acervo de livros infantis da escola, além de investigar sobre a aquisição e o uso de livros infantis pelas professoras. O trabalho concluiu a intencionalidade pedagógica da disposição literária - configurada de livre acesso para as crianças - como um recurso de grande valia:

A presença de livros na sala de aula foi justificada pelas professoras por ser um incentivo à leitura; elas reconheceram que, como as crianças ainda não lêem, o objetivo dos livros ficarem dispostos na sala seria o de desenvolver nelas o gosto por histórias e pelo manuseio de livros. (...) As educadoras ora escolhiam os livros de acordo com a necessidade gerada por certas situações (por exemplo, aprender a compartilhar brinquedos, utilizando alguma história que tratasse do assunto), ora sem motivo aparente (quando o tema da história era aleatório), ou ainda afirmaram que as atividades com livros estavam no planejamento de ensino, porém não sabiam especificar como eram realizadas as atividades. Entretanto, algumas delas relataram ler com antecedência os livros para procurar aproveitá-los como recursos auxiliares para abordar temas que já estivessem em pauta, e também que retomavam os temas lidos em outros momentos. (Maia; Leite; Maia, 2011, p. 148-149)

No caso de crianças surdas, os livros ilustrados, bilíngues (português e Libras) e/ou com recursos visuais são ainda mais importantes, pois favorecem a compreensão, a identificação cultural e o acesso pleno ao conteúdo.

Nessa conjuntura, disponibilizar livros em sala de aula significa oferecer oportunidades de aprendizado igualitário, promover a inclusão e garantir que cada criança encontre no livro um espaço de descoberta e de construção de identidade. Por isso, esta investigação explorou os livros infantis disponibilizados nas salas de aula visitadas e organizou os resultados no quadro abaixo.

Quadro 1 – Livros infantis com temática Afro-Brasileira nas salas de aula⁴

Sala de aula	Quantidade de livros disponibilizados ao total	Títulos com temática voltada para a Cultura Afro-Brasileira
Sala 1 da Educação Infantil	20	“Nerina: A Ovelha Negra” (Michele Iacocca, 2019)
Sala 2 da Educação Infantil	18	“Pequenas guerreiras” (Yaguarê Yamã, 2020)
Sala 3 da Educação Infantil	31	“Receita para pegar Saci” (Anna Claudia Ramos, 2015)

⁴ Considerou-se também livros infantis voltados para a temática indígena, que, tal qual a Cultura Afro-Brasileira, deve ser abordada nos contextos escolares a partir da Lei nº 11.465/2008.

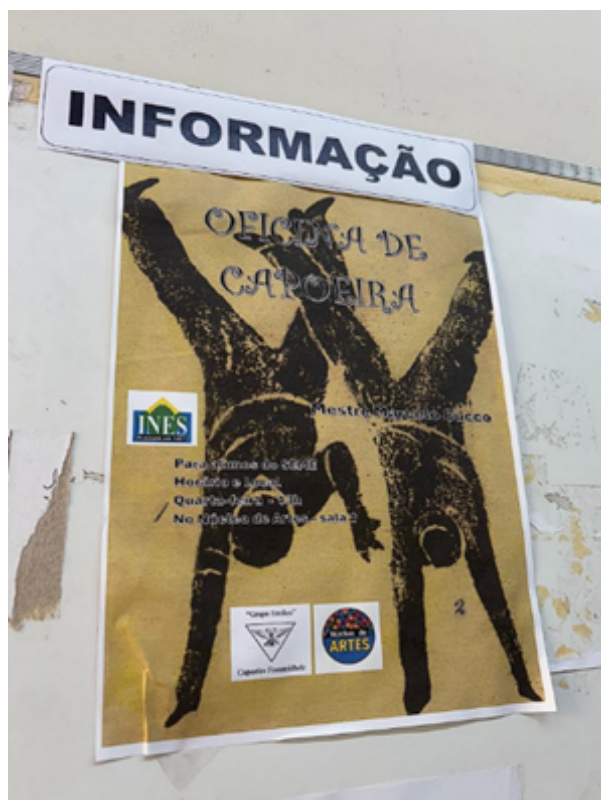
Sala 1 do Ensino Fundamental 1	37	“A escola do cachorro sambista” (Felipe Ferreira; Mariana Massarani, 2009) “Desvendando a bateria da escola de samba” (Marcio Coelho; Ana Favaretto, 2019) “Juntos na aldeia” (Luís Grupione, 2019)
--------------------------------	----	--

Fonte: Elaboração própria das autoras.

A partir dos dados construídos, percebeu-se que, no que tange a literatura infantil, a temática da Cultura Afro-Brasileira está presente em todas as salas de aula visitadas, mesmo que em quantidade e diversidade reduzidas. As autoras não tiveram contato direto com a equipe docente responsável por esses espaços e, por isso, esta pesquisa não pretende debater como o tema é abordado nas práticas pedagógicas.

Nas salas de aula do Prédio Principal (6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio), não há disponibilidade de livros para os estudantes - o acesso a obras variadas é restrito ao ambiente da biblioteca, que fica aberta desde 8h até 14h. Mesmo assim, foi possível identificar uma referência à Cultura Afro-Brasileira em uma das salas, que continha informativos na parede.

Figura 1 – Mural no prédio principal



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

A divulgação de uma Oficina de Capoeira no instituto indica uma presença da temática no cenário escolar e uma preocupação em promover espaços de aprendizado concreto da Cultura Afro-Brasileira. Todavia, foi o único elemento do gênero identificado no Prédio Principal.

Por outro lado, quanto à Visualidade, percebeu-se diferentes manifestações da questão nos cenários explorados. Na Educação Infantil, a decoração das salas é colorida e latente com ilustrações. Ainda, percebeu-se a presença da Libras em determinados contextos, a exemplo da sinalização de “Que dia é hoje?” em um dos murais da Educação Infantil.

Figura 2 – Mural na Educação Infantil



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

No Ensino Fundamental 1, também foram identificados murais marcados pela visualidade e por outros elementos da cultura surda. Mantiveram-se as cores vibrantes e os recursos imagéticos que ilustram as informações, enquanto os conteúdos do EF1 são mais complexos em comparação aos conteúdos do mural da EI.

Figura 3 – Mural no Ensino Fundamental 1



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Quanto à organização dos móveis, todas as salas de aula visitadas na EI e no EF1 estavam com as cadeiras e mesas posicionadas de forma coerente com a visualidade surda: no caso do primeiro setor, as cadeiras das crianças ficam em torno de uma pequena mesa redonda e, no segundo setor, as mesas e cadeiras - individuais de cada aluno - estavam em formato de meia-lua voltado para o quadro branco da sala. A disposição favorece a comunicação sinalizada e a horizontalidade educacional, o que indica uma vertente pedagógica preocupada com a formação de cidadãos inseridos na multiplicidade cultural da comunidade surda.

Todavia, o cuidado com aspectos da visualidade aparenta ter uma queda drástica quando as crianças migram para o 6º ano e passam a frequentar aulas no Prédio Principal. Nenhum dos elementos descritos, como murais ilustrativos ou disposição diferenciada de cadeiras, foi identificado nas salas visitadas. Não foi possível conhecer todos os espaços do prédio durante a visita guiada, devido aos limites de tempo e de acesso, mas o que se teve contato surpreendeu negativamente.

Figura 4 – Sala de aula no prédio principal



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

A conjuntura precária quanto à visualidade seja parcialmente justificada pela historicidade do prédio, erguido em meados do século XIX. Mesmo assim, diversas estratégias visuais e recursos imagéticos poderiam ser implementados em tais espaços, enriquecendo as experiências de aprendizado dos estudantes. Entre alguns exemplos, podem estar a instalação de projetores e/ou televisores, a utilização de murais, a construção de maquetes, a identificação dos estudantes nas mesas, entre outros. Desse modo, as vivências de visualidade não deveriam ser restritas aos mais novos, posto que os alunos do 6º ano do EF ao 3º ano do Ensino Médio também têm direito à cultura surda em sua educação.

5 CONCLUSÃO

As discussões apresentadas ao longo deste trabalho reforçam a importância de compreender as relações étnico-raciais na educação de surdos, em especial quando se trata das crianças negras surdas. A análise evidenciou que a escola, como espaço de socialização, pode tanto reproduzir desigualdades e silenciamentos quanto se tornar um ambiente de resistência, valorização da diferença e fortalecimento identitário. Nesse sentido, a abordagem pedagógica que integra a Libras como L1 e o português escrito como

L2, somada à valorização da negritude e da diversidade cultural, constitui um caminho essencial para a promoção de uma educação verdadeiramente bilíngue e antirracista.

Além disso, autores como Campello (2008), Santaella (2012) e outros reforçam que a visualidade não só é central na construção de sentidos e aprendizagens de crianças surdas, mas também se apresenta como recurso para a afirmação cultural, pois constitui parte fundamental da identidade surda.

Os resultados obtidos nesta pesquisa permitiram concluir que a visualidade e a cultura afro-brasileira podem ser manifestadas de formas distintas na sala de aula - seja nos murais, na disposição dos móveis, na literatura disponibilizada ou em outros aspectos escolares. Entretanto, há uma aparente redução nessas manifestações conforme a idade dos discentes avança. Por isso, vale ressaltar que as articulações entre visualidade e representatividade racial são indispensáveis para a consolidação de uma educação bilíngue antirracista, e deve acompanhar o sujeito desde a infância até a conclusão da educação básica.

Entre as práticas pedagógicas que seguem essa perspectiva, estão algumas recomendações:

- A abordagem literária deve contemplar autores surdos e autores negros, valorizando obras que respeitem as identidades de sujeitos negros surdos e de outros grupos racializados. Indica-se também a utilização de diferentes recursos disponíveis na internet, como imagens de livros sobre cultura negra, vídeos em plataformas digitais, filmes, desenhos animados e histórias baseadas em fatos. Quando explorados a partir da visualidade, esses materiais ampliam a compreensão das crianças e promovem a valorização das diferentes culturas e formas de ser;
- Os debates conduzidos por professores surdos ou ouvintes, desde que pautados por uma perspectiva ética e antirracista, contribuem para estimular reflexões sobre a trajetória de pessoas negras surdas. No Ensino Fundamental, por exemplo, é possível elaborar planos de aula que utilizem narrativas literárias e produções em Libras, considerando a língua de sinais como L1 e o português escrito como L2, respeitando o processo de aquisição linguística e cultural dos alunos;
- Durante momentos de leitura coletiva, os professores podem selecionar livros que retratam personagens etnicamente diversas, garantindo que os alunos compreendam o conteúdo. Em seguida, é importante promover um debate da turma sobre o livro, avaliando o que as crianças compreenderam dentro do contexto da narrativa. É

- importante que reconheçam as personagens e seus nomes, compreendam a história e sejam estimuladas a refletir sobre os acontecimentos e as relações entre as personagens;
- A produção discente deve ser amplamente incentivada. Após a exposição do conteúdo, pode-se propor que os alunos expressem, por meio de desenhos e/ou vídeos, o que compreenderam, estimulando a reflexão crítica, a criatividade e o letramento visual. Ainda, ao apresentar e discutir as produções entre a turma, garante-se um espaço de aprendizado e troca entre pares;
 - Por fim, ressalta-se a importância do espaço físico das salas de aula, que pode ser organizado com intencionalidade pedagógica. Um cenário colorido, rico em recursos imagéticos e exposição de produções discentes pode ser visto como mais acolhedor, incentivando estudantes a ampliar o empenho nos estudos. A disposição das cadeiras também é essencial, priorizando o formato em círculo ou meia-lua, que condiz com a visualidade da cultura surda.

Portanto, é fundamental que a educação, ao longo de toda trajetória escolar, enfrente o racismo estrutural, promovendo práticas que garantam representatividade, inclusão e cidadania. Reconhecer o estudante negro surdo como sujeito de direitos significa compreender que ele carrega múltiplas identidades, que devem ser respeitadas, valorizadas e fortalecidas. Assim, espera-se contribuir para a construção de uma escola mais justa, democrática e transformadora, capaz de romper com preconceitos históricos e consolidar uma sociedade plural e antirracista.

Conforme destacam Silva e Garcia, ainda há um baixo volume de pesquisas que articulam a negritude e as vivências surdas, porém é perceptível que a ampliação do debate sobre a raça nos estudos surdos pode proporcionar maiores reivindicações e reconhecimento desses (Silva; Garcia, 2023). A publicação deste artigo almeja apoiar tal processo, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e orgulhosos de suas identidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 26 de setembro de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

BUZAR, E. A. Surdez: especificidades de interpretação do mundo. In: KELMAN, C. A.; RAZUCK, R. C. de S. R.; CASTRO, M. G. F. de. (orgs.). **Educação bilíngue de surdos: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2024.

CAMPELLO, A. R. e S. **Aspectos da Visualidade na Educação de Surdos**. Tese de Doutorado. Ciência da Educação. UFSC: Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91182>. Acesso em: 19 de agosto de 2025.

COELHO, M.; FAVARETTO, A. **Desvendando a bateria de escola de samba**. São Paulo: Editora Formato, 2019.

FERREIRA, F.; MASSARANI, M. **A Escola do Cachorro Sambista**. São Paulo: Editora Ática, 2009.

FERREIRA, P. L. A. **O ensino de relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Programa de Pós-Graduação em Ensino. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

GRUPIONI, L. D. B. **Juntos na aldeia**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2019.

IACOCCA, M. **Nerina: A Ovelha Negra**. São Paulo: Editora Ática, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Pessoas com deficiência auditiva, por nível de instrução e situação do domicílio** [Internet]. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8220#resultado>. Acesso em: 12 de setembro de 2025.

LEBEDEFF, T. B. O Povo do Olho: uma discussão sobre a experiência visual e surdez. In: LEBEDEFF, T. B. (org.). **Letramento Visual e Surdez**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

MAIA, A. C. B.; LEITE, L. P.; MAIA, A. F. O emprego da literatura na educação infantil: a investigação e intervenção com professores de pré-escola. **Revista Psicopedagogia**, n. 28, v. 86, p. 144-155, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/4a441ee8-8101-402e-bcf3-f573bd52cc14/content>. Acesso em: 21 de setembro de 2025.

MUNANGA, K. Negritude Afro-Brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia**, v. 33, p. 109-117, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41616059?seq=1>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

QUADROS, R. M. de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 5, p. 81-111, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

RAMOS, A. C. **Receita para pegar Saci**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

RAUGUST, M. B. As diferentes formas de constituição de subjetividades surdas: a arte e a experiência visual em questão. In: LEBEDEFF, T. B. (org.) **Letramento Visual e Surdez**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

SANTAELLA, L. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012. Disponível em:

SILVA, E. F.; GARCIA, M. I. dos S. O Racismo no Brasil a partir de uma perspectiva da diáspora africana e a luta pela descolonização dos negros surdos. **Revista SCIAS Língua De Sinais**, v. 2, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasls/article/view/7496>. Acesso em: 11 de agosto de 2025.

TAVEIRA, C. C. A produção de artefatos visuais no campo da surdez: percursos de pesquisa e chaves de leitura. **Fórum**, v. 32, p. 5, 2016.

YAMÃ, Y. **Pequenas guerreiras**. Rio de Janeiro: Editora FTD, 2020.

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 29 de outubro de 2025.

Aprovado: 19 de janeiro de 2026.

Publicado: 25 de março de 2026.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Autores; **Introdução ou Considerações iniciais:** Autores; **Referencial teórico:** Autores; **Metodologia:** Autores; **Análise de dados:** Autores; **Discussão dos resultados:** Autores; **Conclusão ou Considerações finais:** Autores; **Referências:** Autores; **Revisão do manuscrito:** Autores; **Aprovação da versão final publicada:** Autores.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Falange Miúda os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Falange Miúda têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (*Open Access*) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como ‘acesso aberto’ quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la—ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença *Creative Commons Creative Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY NC 4.0)*. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (*Double blind peer review*).

Editor

Marcus Garcia de Sene

Publisher

Este artigo foi publicado na Revista Falange Miúda vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras - campus Garanhuns da Universidade de Pernambuco - UPE. A Revista Falange Miúda publica artigos de natureza técnico-



científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da Universidade de Pernambuco. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na Avaliação CAPES (2017-2020) a Revista Falange Miúda obteve Qualis B1.

